

Desastre: um termo em disputa

Norma Valêncio

A tradição discursiva autoritária que molda grande parte das instituições públicas no Brasil – e, em especial, o Sistema Nacional de Defesa Civil – impede sistematicamente que a sociedade civil possa se dar conta de que a definição de desastre é, como tantas outras que balizam o entendimento do mundo e do sujeito nele situado, algo em disputa. Tal disputa implica a legitimação ou não da atuação de certos grupos profissionais bem como a preponderância de alguns fazeres técnicos sobre outros.

A atual Política Nacional de Defesa Civil define desastre como sendo o “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”. No geral, essa definição incorporou-se no meio técnico de defesa civil como um fenômeno a - histórico; portanto, desvinculada das relações políticas e sociais expressas no espaço.

A temporalização do desastre suscitada nessa definição toma a forma estrita do dia, hora e minuto do ‘evento adverso’ e as relações sociais traduzidas nos discursos oficiais são as estigmatizantes, que culpabilizam os pobres por sua afetação, chamando-os de ignorantes e termos depreciativos afins.

As Ciências Sociais tem problematizado as definições oficiais sobre o que é denominado ‘desastre’ e avançam inquirindo seus qualificativos, como ‘natural’. O esforço atual das contribuições no tema – em prol da inclusão de atores e da democratização das arenas de formulação de programas e políticas de defesa civil– tem sido o de alargar o tempo e o espaço no qual as concepções de desastres se desenham no imaginário social, isto é, suscitar que tais acontecimentos sejam compreendidos com base nos nexos sócio-históricos que transcendem cada tragédia pontual.

São esses nexos que desnaturalizam os desastres posto desvelarem as relações sociais de desigualdade que, sendo historicamente produzidas, são

refletidas num território propenso a suscetibilizar principalmente os grupos mais empobrecidos ante o impacto de quaisquer fatores ameaçantes.

Como acontecimentos sociais, desastres entremeiam a dinâmica e a estrutura da sociedade, apresentando dimensões objetivas e subjetivas tanto na forma como são produzidos como também vivenciados.

No caso brasileiro, a persistência e incremento de processos transescalares de desfiliação social tem sido uma das principais causas para que a elevação do número de municípios e munícipes sujeitos a contextos de emergência ocorram.

Se um viés de classe é nítido na omissão ou insuficiência das medidas públicas de prevenção e preparação ao impacto dos fatores de ameaça, também o é no atinente à intensidade e duração do sofrimento vivenciado no pós-impacto.

Para os mais pobres, o desamparo precedente é recrudescido com a vivência do desastre, dilacerando ainda mais a vida cotidiana e os referentes materiais e simbólicos existenciais.

Três são os fatores sociopolíticos a se atentar na busca da redução de desastres no Brasil, a saber: o combate ao patrimonialismo, o qual gera vícios incorrigíveis no uso personalista da máquina pública, reverberando em descompromisso de atuar na proteção dos grupos empobrecidos; a obstaculização aos processos fundiários concentracionistas, que se expressam no acesso diferenciado à terra segura, às condições construtivas e à infraestrutura pública de drenagem e saneamento; o fortalecimento da organização política dos mais grupos vulneráveis para exigir a garantia dos seus direitos fundamentais, dentre os quais e sobretudo, a moradia digna.

Quando um mesmo tipo de desastre, associado ao impacto de ameaças previsíveis e regulares, ocorre numa mesma localidade – seja um mesmo município, estado ou país –, há indícios que as instituições públicas não se dedicam à tarefa de aprendizagem com seus erros pretéritos.

A que se atentar para o processo de atualização discursiva em curso - na tendência de alteração da designação "defesa civil" para a denominação "proteção civil".

Longe de ser uma mudança conceitual visando afinar práticas profissionais e institucionais com o ideário de democratização do exercício da política no tema dos desastres, trata-se de um modus operandi dos mesmos agentes públicos manterem-se no exercício de um poder de caráter autoritário, em órgãos cuja ineficácia operativa concretiza persistentemente os desastres; os permite para assim acessar vultosos recursos financeiros, vilipendiar os empobrecidos e aviltar a cidadania.